

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Adoto, como relatório, as informações prestadas pelo assessor Hazenclever Lopes Cançado Júnior:

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde ajuizou ação direta, com pedido de concessão de liminar, buscando ver declarada a incompatibilidade, com a Constituição Federal, da expressão “acordo individual escrito” contida na cabeça do artigo 59-A da Consolidação das Leis do Trabalho e do parágrafo único, na redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Eis o teor:

Art. 59-A – Em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

Parágrafo único – A remuneração mensal pactuada pelo horário previsto no *caput* deste artigo abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73 desta Consolidação.

Ressalta a legitimidade, aludindo ao artigo 103, inciso IX, da Carta da República. Justifica a pertinência temática no fato de a norma impactar os interesses dos congregados.

Aponta violados os incisos VI, IX, XIII, XV, XVI e XXIII do artigo 7º da Lei Maior.

Sustenta excepcional o estabelecimento do turno de 12 horas de trabalho por 36 de descanso. Frisa restrito, a categorias específicas, o regime compensatório. Cita precedente do Supremo. Refere-se ao enunciado nº 444 da Súmula do Tribunal Superior do Trabalho:

“É válida, em caráter excepcional, a jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados. O empregado não tem direito ao pagamento de adicional referente ao labor prestado na décima primeira e décima segunda horas.”

Afirma condicionada à celebração de acordo ou convenção coletiva de trabalho a fixação de jornada ininterrupta. Diz imprescindível a participação de entidade sindical, sob risco de ter-se a flexibilização de direitos do trabalhador, especialmente relacionados à proteção da saúde – artigos 6º e 196 da Constituição Federal.

Destaca inobservado, no âmbito do direito do trabalho, o princípio da vedação ao retrocesso.

Tem como indispensável a especificação, clara e objetiva, em contracheque, das verbas devidas em razão do descanso semanal remunerado, trabalho em feriado e adicional noturno. Sublinha vedado o denominado salário complessivo, a agregar, em parcela única, valores relativos a direitos diversos, dificultando a compreensão e verificação do que pago. Reporta-se ao verbete nº 91 da Súmula do Tribunal Superior do Trabalho:

“Nula é a cláusula contratual que fixa determinada importância ou percentagem para atender englobadamente vários direitos legais ou contratuais do trabalhador.”

Sob o ângulo do risco, realça prejuízo à saúde do trabalhador.

Requeru, no campo precário e efêmero, a suspensão dos efeitos da expressão “acordo individual escrito” contida na cabeça do artigo 59-A da Consolidação das Leis do Trabalho e do parágrafo único, na redação dada pela Lei nº 13.467/2017. Pretende a atribuição de eficácia retrospectiva – artigo 10, § 3º,

da Lei nº 9.868/1999. Postula, alfim, a declaração de inconstitucionalidade.

Vossa Excelência acionou o disposto no artigo 12 da Lei nº 9.868/1999 e determinou fossem providenciadas informações, manifestação da Advocacia-Geral da União e parecer da Procuradoria-Geral da República.

O Presidente da Câmara dos Deputados informa a regular tramitação do projeto de lei.

O Presidente do Senado Federal menciona opção político-normativa. Evoca o postulado da separação de poderes. Pretende a improcedência do pedido.

A Presidência da República alude ao princípio da liberdade individual, considerada inércia da entidade sindical. Ressalta que a jornada de 12 horas de trabalho e 36 de descanso não implica, por si só, risco à saúde. Assinala editados, antes da elaboração da norma impugnada, os verbetes nº 91 e 444 da Súmula do Tribunal Superior do Trabalho. Sustenta improcedente o pedido.

A Advocacia-Geral da União manifesta-se no sentido da inadmissibilidade da ação e, no mérito, pela improcedência do pedido, nos seguintes termos:

Trabalhista, Artigo 59-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943), na redação conferida pela Lei nº 13.467/2017. Preliminares. Irregularidade na representação processual da autora. Ilegitimidade ativa: ausência de comprovação do registro sindical. Falta de cópia idônea dos dispositivos impugnados Mérito. Horário de trabalho de 12 (doze) horas seguidas por 36 (trinta e seis) horas ininterruptas de descanso. Estabelecimento mediante acordo individual escrito. Remuneração mensal que abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e considera compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver. Alagada violação aos artigos 6º; 7º, incisos VI, IX XIII, XIV XV, XVI e XXII; e 196 da Constituição, bem como ao

princípio do não retrocesso social. Ausência de afronta aos parâmetros constitucionais invocados pela autora. O horário de trabalho previsto no dispositivo impugnado não vulnera os direitos e garantias do empregado. A jornada diferenciada exige certas adequações quanto ao cálculo e à forma de remuneração, o que não significa que haja a mitigação das garantias laborais. Manifestação pelo não conhecimento da ação direta e, no mérito, pela improcedência do pedido.

A Procuradoria-Geral da República opina pela procedência do pedido, ante fundamentos assim resumidos:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL E DO TRABALHO. LEI 13.467/2017. REFORMA TRABALHISTA. ART. 59-A, *CAPUT* E PARÁGRAFO ÚNICO, DA CLT. PRELIMINAR. NÃO ACOLHIMENTO. POSSIBILIDADE DE SANEAMENTO. MÉRITO. JORNADA ESPECIAL DE 12H/36H. FIXAÇÃO DE FORMA UNILATERAL, POR ACORDO INDIVIDUAL ESCRITO. IMPOSSIBILIDADE. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL. JORNADA DE TRABALHO. SAÚDE E SEGURANÇA. NORMAS IMPOSITIVAS DE LIMITAÇÃO DA DURAÇÃO DO TRABALHO. INVASÃO DE ÂMBITO CONSTITUCIONALMENTE DELIMITADO E ESPECÍFICO DA AUTONOMIA PRIVADA COLETIVA. IMPOSIÇÃO DE TRABALHO EM REPOUSOS REMUNERADOS (SEMANAIS E EM FERIADOS) SEM O PAGAMENTO EM DOBRO CORRESPONDENTE. INCONSTITUCIONALIDADE. COMPENSAÇÃO DE HORA NOTURNA COM HORA DIURNA NA MESMA PROPORÇÃO (“1:1”) NA “ESCALA 12 X 36”. PROCEDÊNCIA.

1. É inconstitucional norma que faculta a contratação de trabalhador para cumprimento de escala de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, por meio de acordo individual escrito, bem como que prevê estarem abrangidos, na remuneração devida nesse tipo de contrato, o descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, compensando-se, ainda, os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, por violar os arts. 7º,

XIII, XIV e XXVI, e 8º, III e VI.

2. A previsão legal (art. 59-A, *caput*, da CLT, com redação dada pela Lei 13.467/2017) de estipulação de “escala 12h/36h” por “acordo individual escrito” afronta os arts. 7º, XIII a XIV e XXVI, e 8º, III e VI, da Constituição Federal, por excluir a possibilidade de resistência coletiva e de exigência de contrapartidas e por instituir restrição irrazoável do âmbito normativo do direito constitucional dos trabalhadores de, por meio de suas associações sindicais representativas, defender os seus direitos relativamente à fixação de escala de trabalho, compensação de horários, ou turnos de revezamento adequados aos interesses da categoria.

3. A imposição legal de condição menos favorável aos trabalhadores unilateralmente submetidos à escala de 12h/36h constante do art. 59, parágrafo único, da CLT resulta em violação aos princípios da isonomia e da irredutibilidade salarial.

Parecer pela procedência do pedido para declarar inconstitucional a expressão “acordo individual escrito” constante do *caput* do art. 59-A da CLT e a integralidade do seu parágrafo único.

Vossa Excelência admitiu, como terceira interessada, a Confederação Nacional da Indústria – CNI.